

ANC
PZ

- 4 DEZ 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

Papel do centro

O futuro — e futuro bem-próximo — responderá à Nação sobre a grandeza da atitude dos parlamentares que se aglutinam no «Centrão», com o propósito básico de tornar mais elástico o debate do texto constitucional. É preferível alguma demora do que trazer à vigência uma Carta Magna contaminada de casuismos ou portadora de pontos controversos. A respeito, basta a amostra do dispositivo, menos absurdo do que ridículo, reduzindo o Estado a varejista de subprodutos de petróleo.

Pois é pela conversão do Estado em senhor feudal, comerciante de secos e molhados, ao contrário de monitor do fomento à empresa privada, que o País padece de crises cujo ritmo veloz já compromete a democracia efetiva, mais do que a comprometeu no passado recente.

Na luta por programas e filosofias unilaterais, esquerda e direita acabam esmagando no centro — ponto de equilíbrio das pessoas e das coisas — os conceitos de igualdade e liberdade. Discutir o Brasil no

dilema do socialismo ou do capitalismo é condená-lo à ignorância da história. Se o socialismo acena com o paraíso, no utópico nivelamento das classes, é a própria União Soviética que começa a provar, na prática, o insubstituível valor do indivíduo. E enquanto o camarada Gorbachev joga no lixo algemas do Estado, aqui se passa a catá-las. E não terão outra função senão aquela para a qual foram inventadas.

O advento do «Centrão» desperta a consciência democrática no sentido de imprimir no texto constitucional um timbre representativo do povo. Não o povo interpretado pelos grupos de pressão que, num direito inquestionável, conseguem manifestar-se nas dependências da Assembléia Constituinte. Mas é a substância das idéias, é o alcance de sua prática que exige impensoalismo e o máximo de espírito público. E na própria Casa os parlamentares dispõem de farto material ilustrativo, um deles o livro «A Constituinte Republicana», que Agenor de Rouge dedica à elevação com que se

escreveu o texto de 1891. A edição é do Senado e da Universidade de Brasília, detalhe de uma chancela de cultura. Ver-se-á como uma Comissão dos Vinte e Um, equivalente à Sistematização, submeteu-se à análise plenária sem maiores quedas.

O País se misturou demais em sistemas e regimes. Continua pagando caro pela hibridez. Os saldos, sempre negativos, convidam ao reconhecimento de que a estatização — ou tudo o que anula os talentos individuais e a liberdade empresarial — impõe ao povo brasileiro uma participação em prejuízos do que numa razoável distribuição de rendas.

O «Centrão» surgiu por convocação legítima. Trouxe, em si, um dever majoritário oriundo de membros até de filosofia diversa. Todavia, caracterizou-se pelo imperativo espontâneo de prevenir uma Carta Magna isenta de conflitos embutidos de direita e esquerda. Insiste em que o papel do centro tem o direito de ser exercido.